

JUDICIÁRIO

Regulação das redes volta à pauta do STF

Ministros analisam responsabilização das plataformas por conteúdos de usuários

» MAIARA MARINHO
» ISRAEL MEDEIROS

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para a próxima quarta-feira o julgamento da responsabilização das redes sociais pelos conteúdos publicados por usuários. A retomada da análise se dá em um momento de crescente pressão de autoridades dos Estados Unidos sobre o Judiciário brasileiro contra o que republicanos norte-americanos têm chamado de “censura” contra políticos, jornalistas e cidadãos de “direita” nas plataformas.

O caso, que envolve a interpretação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), está sendo analisado em recurso extraordinário com repercussão geral. O ponto central da discussão é o artigo 19 da lei, que atualmente estabelece que as plataformas só podem ser responsabilizadas por conteúdos de terceiros se descumprirem ordem judicial específica para remoção. O relator, ministro Dias Toffoli, propôs que esse artigo seja declarado inconstitucional, defendendo um regime de responsabilidade objetiva para as empresas de internet.

Os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso já se manifestaram sobre o tema. Fux acompanhou o relator, enquanto Barroso apresentou um voto mais moderado, defendendo a manutenção da responsabilidade das plataformas apenas em casos de descumprimento de ordem judicial. Outros ministros, como Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, Nunes Marques, Edson Fachin, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes, ainda precisam se pronunciar.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) também se posicionou favoravelmente ao aumento da responsabilidade das plataformas, sugerindo que elas respondam por conteúdos “sabidamente ofensivos, ilícitos ou

Bruno Moura/STF



O processo em julgamento no Supremo envolve a interpretação do Marco Civil da Internet

humilhantes”, mesmo sem ordem judicial prévia. No entanto, a PGR reconhece que as empresas não têm obrigação de fiscalizar previamente todas as publicações legítimas amparadas pela liberdade de expressão. O julgamento havia sido suspenso em dezembro de 2024 devido a um pedido de vista do ministro André Mendonça.

Sanções

Na quarta-feira, o governo norte-americano confirmou que colocará em prática a restrição de vistos para estrangeiros que, na visão dos EUA, contribuem para a “censura” de americanos. A gestão Trump ainda não deixou claro quem seria afetado pela medida, mas há uma movimentação de congressistas republicanos em Washington para que um deles seja o ministro

Fora do ar

Pesa contra o ministro Alexandre de Moraes o fato de ele já ter retirado do ar no Brasil os sites e aplicativos de redes sociais norte-americanas por não terem representante legal no país. Foi o caso do Twitter (agora X, cujo dono é Elon Musk), que ficou mais de um mês fora do ar no Brasil em 2024 por não cumprir exigências da legislação brasileira e pela falta de pagamento de multas impostas pela Justiça.

Alexandre de Moraes, que comanda os inquéritos das fake news e dos atos antidemocráticos.

O lobby contra o magistrado brasileiro tem a participação do deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que tem dito a autoridades

norte-americanas haver uma perseguição sistemática à oposição no Brasil capitaneada por Moraes.

Na semana passada, o secretário de Estado americano, Marco Rubio, foi questionado por um republicano, numa sessão do Congresso, sobre censura no Brasil e se o governo pretendia sancionar Moraes. Ele disse que o assunto estava sob análise, mas que havia “grande possibilidade”.

Em uma sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Credn) da Câmara, na quarta-feira, o ministro de Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou que as big techs precisam se sujeitar às leis do Brasil. “Essas empresas não querem respeitar as leis brasileiras, que são aprovadas nesta Casa, a Câmara, e no Senado. É o que está vigente. Tem que haver representante legal estabelecido no Brasil”, frisou Vieira.

Ex-AGU diz ter defendido eleição de 2022

O ex-advogado-geral da União Bruno Bianco confirmou, em depoimento ao STF, ter sido perguntado pelo então presidente Jair Bolsonaro, após o segundo turno das eleições de 2022, se havia “algum problema ou algo que pudesse ser questionado” no pleito. “Eu, de pronto, respondi que não”, relatou. “Absolutamente, não. Disse que tinha uma comissão acompanhando, que a eleição foi absolutamente transparente. Essas foram as minhas ponderações, e o presidente da República, pelo menos na minha frente, se deu por satisfeito”, acrescentou.

Bianco compareceu à audiência como testemunha de defesa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres no processo sobre a trama golpista. Além dele, foram

ouvidos o ex-ministro de Minas e Energia (MME) Adolfo Sachsida e o ex-ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) Wagner Rosário.

O advogado Rafael Viana, que defende Torres na ação penal do golpe, disse estar com dificuldade de contatar algumas testemunhas e, como as audiências desse grupo terminam na próxima segunda-feira, está desistindo de alguns depoimentos. Exceto o do general Gustavo Henrique Dutra. Ele comparecerá em 2 de junho, às 15h.

Na reta final das oitivas das testemunhas dos réus do Núcleo 1 do golpe, começam a ser ouvidos os depoentes convocados pela defesa de Bolsonaro. As sessões serão hoje e na segunda-feira. (MM)

Billy Boss/Câmara dos Deputados



Bianco: “Eu disse que a eleição foi absolutamente transparente”

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Notícias de novo cessar-fogo entre judeus e palestinos na Faixa de Gaza

O falecido historiador britânico-judeu Tony Judt, num artigo intitulado *O que fazer?*, em 2009, vaticinou que a opção de deixar “mediocridades incompetentes” à frente de Israel e da Autoridade Palestina teria consequências catastróficas. “Graças ao tratamento abusivo dos palestinos pelo ‘Estado judeu’, o imbróglio israelense-palestino é o motivo mais iminente para o ressurgimento do antisemitismo em todo o mundo. É o fator mais eficiente no recrutamento de agentes para os movimentos islâmicos radicais. E priva de um sentido as políticas externas dos Estados Unidos e da União Europeia para uma das regiões mais delicadas e instáveis do mundo. Algo diferente precisa ser feito.”

Nada foi feito, e o resultado é a terrível situação em Gaza, depois de um ataque covarde e brutal do Hamas contra Israel e a desproporcional retaliação promovida pelo primeiro-ministro Benjamin Netanyahu contra os palestinos, não apenas os militantes do Hamas, mas idosos, mulheres e crianças. A ONU alerta que 2 milhões de pessoas estão em risco de fome após 11 semanas de bloqueio israelense à entrada de ajuda.

Israel iniciou a ofensiva militar em Gaza após o ataque dos terroristas do Hamas contra comunidades no sul do país, em 7 de outubro de 2023. Cerca de 1.400 pessoas foram assassinadas e 250 foram sequestradas em Israel pelo Hamas. A resposta militar israelense, 20 meses depois, já deixou mais de 54 mil palestinos mortos. Grande parte da infraestrutura da Faixa de Gaza foi destruída.

A retaliação de Israel era legitimada pela narrativa da luta contra o terrorismo e a memória do Holocausto. A coisa mais tenebrosa que já conheci foram os campos de concentração de Auschwitz e Birkenau, na Polônia, designados pelo regime nazista de Adolph Hitler como o lugar de “Solução Final” para os judeus. Entre o começo de 1942 e o fim de 1944, homens, mulheres, crianças e anciãos foram transportados em trens de toda a Europa para serem eliminados em câmaras de gás e crematórios naquele complexo macabro.

Cerca de 1,3 milhão e 3 milhões de prisioneiros foram ali exterminados, sendo 90% judeus. Aproximadamente 150 mil poloneses, 23 mil ciganos, 15 mil soldados soviéticos e 400 testemunhas de Jeová também foram executados, morreram de fome, doenças ou em experiências médicas. Tudo o que já havia visto sobre o Holocausto, em fotos, vídeos e filmes, nem se compara à experiência da visita ao local, onde a racionalidade humana banalizou o mal.

As notícias que chegam diariamente de Gaza são desanimadoras e chocantes. O massacre de crianças, mulheres e idosos está sendo naturalizado. Ontem, surgiu uma nova esperança de paz: Israel aceitou uma proposta do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, para um cessar-fogo na Faixa de Gaza, segundo informou a Casa Branca. O Hamas analisa os termos do acordo.

Drama existencial

O primeiro-ministro Benjamin Netanyahu já comunicou a iminência do cessar-fogo aos familiares de reféns mantidos em Gaza, porém, o governo de Israel ainda não se pronunciou oficialmente. Na Casa Branca, a porta-voz do governo americano, Karoline Leavitt, também não deu detalhes. Segundo o *The New York Times*, o mais importante jornal norte-americano, a proposta inicial prevê uma trégua de 60 dias e a entrada de mais ajuda humanitária. “Posso confirmar que estas conversas continuam, e esperamos que haja um cessar-fogo em Gaza para que possamos devolver todos os reféns para casa”, disse Leavitt.

O Hamas confirmou à agência Reuters que estuda a proposta com “alto senso de responsabilidade” para contemplar “os interesses do nosso povo e encerrar a agressão”. O último cessar-fogo entre Israel e o Hamas durou pouco mais de um mês, sendo encerrado em março. Desde então, Israel prossegue a devastação em Gaza. Prospera a tese de que a região deve ser ocupada definitivamente por Israel e os palestinos que desejarem abandonar seu torrão natal receberão uma ajuda de custo para sair. Trump já disse que se dispõe a reconstruir Gaza, para transformá-la num balneário turístico.

O governo de Israel é criticado pela comunidade internacional por causa da morte de civis e pelo agravamento da crise humanitária em Gaza. O objetivo de retaliar a agressão do Hamas já foi alcançado, inclusive com a morte de seus principais líderes. O de libertar os reféns e liquidar o Hamas, porém, fracassou política e militarmente. Até agora, a maioria dos reféns que voltaram para casa foram trocados por prisioneiros palestinos, durante acordos de cessar-fogo. O problema é que depois a guerra continuou.

Quando escreveu seu artigo, Judt foi profético. Sem a solução do Estado Palestino, Israel viveria um drama existencial: continuar sendo um Estado judeu, com um regime de apartheid, e deixar de ser uma democracia liberal, como propõe Netanyahu, ou se tornar uma democracia multiétnica e deixar de ser um Estado judeu, com a anexação dos territórios palestinos ocupados. A terceira opção seria empurrar os palestinos de Gaza para o deserto do Sinai e promover uma limpeza étnica nos territórios ocupados da Cisjordânia.

GDF NAS
RUASCuidando de
perto para cuidar
melhor.GDF NAS
RUAS

GDF